

AJUDA MEMÓRIA DA REUNIÃO GACG

Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão (GACG/CBHSF)

Data: 10 e 11 de agosto de 2022

Local: R. Carijós, 166 - 5º andar, Centro– Belo Horizonte/MG (Sede da Agência Peixe Vivo)

Horário: 9h às 16h (10/08) e 9h às 13h (11/08)

Participantes:

	Nome	Instituição
1	João Carlos de Melo	Indicação CCR Alto SF
2	Jaime Honorato Júnior	Indicação CCR Médio SF
3	Elísio Marinho dos Santos Neto	Indicação CCR Baixo SF
4	Larissa Cayres de Souza	Indicação DIREX
CONVIDADOS/DEMAIS PARTICIPANTES		
5	Rubia Mansur	Agência Peixe Vivo
6	Thiago Campos	Agência Peixe Vivo
7	Juciana Cavalcante	Comunicação CBHSF
8	Célia Maria	Agência Peixe Vivo
9	Ranny Emanuela	Comunicação CBHSF
AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS		
10	Cláudio Ademar da Silva	Indicação CCR Submédio SF

1. Abertura e verificação de quórum

O Coordenador do GACG, Sr. Jaime Honorato Junior abre a reunião às 09h e faz a verificação do quórum. Em seguida, ele dá as boas-vindas a todos e passa a palavra à Sra. Célia Maria, a qual faz uma explanação sobre o trabalho da Agência Peixe Vivo (APV) e a importância do grupo para a execução do Contrato de Gestão (CG). Posteriormente, ela discorre sobre os indicadores de execução das metas previstas no CG, explicando-os. Ao longo dessa explanação, diversos membros da reunião comentam a respeito deles, levando em consideração as limitações que os cerceiam.

2. Aprovação da minuta da ajuda memória da reunião GACG realizada em 13/05/2022

Os membros do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão (GACG) aprovaram, após considerarem os reajustes solicitados previamente, a memória da reunião realizada em 13 de maio de 2022.

3. Fechamento do Parecer sobre o Relatório elaborado pela Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão da ANA

O Sr. Jaime Honorato afirma que a Agência Nacional das Águas e Saneamento Básico (ANA) enviou o parecer final sobre o Relatório de Gestão da APV do exercício de 2021, há 2 meses, o

qual foi rememorado, anteriormente, pelos integrantes do GACG, via grupo de *WhatsApp*. Considerando isso, ele sugere que o grupo consolide o que foi discutido, através da leitura, ponto a ponto, do Parecer GACG/CBHSF Nº 01/2022, já minutado previamente, para que cada membro do grupo possa fazer suas ressalvas e colaborações.

No primeiro tópico “Base Legal”, a Sra. Larissa Cayres sugere que haja a inclusão da Resolução ANA nº 15 de 11 de março de 2019, pela ANA nº125 de 21 de julho de 2022, a qual é aprovada de maneira unânime. Diante disso, ela solicita à APV que possa explicar se houve mudanças substanciais na alteração da antiga Resolução sobre Prestação de Contas.

O Sr. Thiago Campos, gerente de projetos da APV, lembra que para construção da nova Resolução ANA sobre Prestação de Contas, houve o encaminhamento de uma minuta às Entidades Delegatárias, na qual constava a revogação da Resolução e as alterações realizadas. Com base neste documento, ele diz que as modificações estão mais relacionadas mais à gestão de patrimônio, no âmbito de regulamentação. Em relação ao GACG, não houve mudanças substanciais.

Houve dúvidas em relação a qual das duas resoluções utilizar, porém ficou decidido que seria citada as duas, evidenciando a revogação da ANA nº 15, de 11 de março de 2019 pela ANA nº 125, de 21 de julho de 2022.

Como não houve mais nenhuma ressalva a respeito da Base Legal e da Introdução, dá-se sequência à leitura do documento.

Nos objetivos, os tópicos são lidos pelo Sr. Jaime Honorato– dentre eles os indicadores para a análise do GACG sobre o Relatório elaborado pela Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão (CAV/ANA) - e comentados pelos membros do GACG. No Indicador 1, fala-se sobre a necessidade de se considerar as reuniões e evento promovidas pelo CBHSF para fins de apuração da meta, mas as demais reuniões promovidas pelo CBHSF como de Grupos de Trabalhos (GTs), que são dinâmicas e imprevisíveis, pudessem constar em planilha anexa, não contando para apuração, mas para verificação do real esforço. Uma vez que não há nada a declarar sobre o Indicador 2 e 3, por estarem de acordo com a meta e não haver nenhuma ressalva realizada pela ANA, segue-se adiante para o 4. Em sua deliberação, identifica-se apenas um erro interpretativo, que foi solucionado por meio da substituição do valor destinado às ações finalísticas pelo valor total, embora o entendimento da APV fosse destoante do da ANA. Levando isso em consideração, neste ponto, surge uma discussão a respeito das despesas referentes ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) não estarem incluídas nas ações finalísticas, sendo que o grupo compreende que deveria; assim, fica decidido que essa pauta precisa ser discutida com os integrantes do CG, posteriormente, em um momento oportuno. Novamente, como cumpriram as metas e não houve comentários ressaltando melhorias a serem realizadas, os integrantes do GACG não fazem comentários significativos sobre os tópicos referentes aos indicadores 5 e 6. Por fim, na leitura do indicador 7, que alcançou parcialmente a meta estabelecida, chega-se à conclusão de que não ficou esclarecido os critérios de apuração do cumprimento das recomendações realizados pela Auditoria Interna

da ANA (AUD). Além disso, discute-se sobre a necessidade de a AUD utilizar terminologias que não abram espaço para interpretações não condizentes às expectativas do indicador, sendo inserida a sugestão no Parecer.

Sem mais pontuações a se fazer no corpo do documento, os membros do GACG partem para a conclusão e apenas reafirmam a necessidade do GACG se comportar como um elo entre os entes do CG para que as metas contidas no mesmo sejam alcançadas.

Portanto, sem nada mais a acrescentar no Parecer sobre o relatório feito pela ANA, a Sra. Rúbia Mansur assume o compromisso de imprimi-lo, para que, posteriormente, ela possa coletar as assinaturas de todos os membros do GACG.

4. Apresentação do Relatório de Gestão Parcial

A Sra. Rúbia Mansur inicia a pauta dizendo que no dia 31/08/2022 haverá uma reunião via videoconferência com a ANA, na qual a APV deverá apresentar um Relatório Parcial de Desempenho do Cumprimento das Metas do CG Nº 028/ANA/2020, referente ao primeiro semestre de 2022. Com o relatório em mãos, ela faz sua leitura aos membros do GACG, detalhando sua estruturação.

Ao falar sobre os instrumentos abrangidos pelo CG, a Sra. Rúbia Mansur ressalta que houve uma alteração no Plano de Aplicação Plurianual (PAP), em maio de 2021, e solicita ao Sr. Thiago Campos que comente a respeito dessa modificação, o qual delibera a respeito.

Em seguida, a Sra. Rúbia Mansur parte para a apresentação dos indicadores presentes no documento, comentando-os e justificando os valores. **Indicador 1: Nível de Organização do Planejamento Anual de Atividades.** É o indicador que avalia a capacidade de planejamento da agenda do Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH) e de suas atividades, ou seja, a realização das atividades que o Comitê deliberou conforme calendário anual de atividades. A meta para este indicador previa, para o 1º semestre, 50% de atendimento e a APV atendeu 47%, estando dentro da margem permitida de 10% para mais ou para menos. De acordo com ela, a meta não atingiu os 50% devido a não realização de duas reuniões, em virtude da incompatibilidade de agendas e de um evento que foi realocado para o segundo semestre. Diante disso, a Sra. Rúbia Mansur salienta a importância de, no próximo planejamento, diminuir a quantidade de reuniões da Diretoria do CBHSF, que atualmente tem a previsão de ocorrência mensal. **Indicador 2: Nível de atendimento aos encaminhamentos solicitados pelo CBH.** É o indicador que pondera o atendimento aos encaminhamentos do CBHSF. Para o exercício 2022/1, a meta atendeu 94%, sendo a previsão para meta de cumprimento ao final do exercício. **Indicador 3: Índice de execução física das ações priorizadas pelo CBH.** É o indicador que avalia o nível de execução das atividades elencadas na matriz prioridades aprovada pelo CBH no exercício de 2021. Informa que todas estão sendo executadas dentro dos prazos estabelecidos com previsão de cumprimento de 100% da meta ao final do exercício de 2022. **Indicador 4: Índice de desembolso em ações finalísticas.** O indicador mede o nível de execução financeira de ações finalísticas previstas no PAP, ou seja, apenas as ações relacionadas aos projetos, excluindo assim a parte de

fortalecimento institucional do CBH e custeio. A APV, no primeiro semestre executou 58% do previsto para 2022, neste sentido há previsão de cumprimento da meta ao final de 2022. **Indicador 5: Índice de desempenho total.** Esse indicador mede o desembolso total, englobando apoio ao CBHSF, logísticas de viagens e custo da APV, por exemplo. Assim como no indicador anterior, a APV cumpriu mais da metade da previsão de desembolso para 2022 no primeiro semestre. Neste sentido, segundo as previsões também irá cumprir a meta. **Indicador 6: Taxa de administração real da entidade delegatária.** Esse indicador mede qual o percentual de custeio que a APV utiliza para desempenhar suas atividades. Essa parte do Relatório, segundo a Sra. Rúbia Mansur, para o 1º semestre a taxa de administração está em 6%, que corresponde à metade da meta anual, que é de 12%. **Indicador 7: Índice de cumprimento de recomendações da auditoria interna da ANA.** É o índice que mede se a APV cumpriu as recomendações propostas pela AUD. Diz que este tópico ainda está inconcluso, ficando sob a responsabilidade da Sra. Simone Reis, gerente de gestão e estratégias, porém, o cálculo já havia sido realizado, indicando que a meta foi cumprida, uma vez que se atingiu 100% das recomendações da auditoria da ANA que tinham como prazo de execução o primeiro semestre.

Com base nas metas estabelecidas nos indicadores, a Sra. Rúbia Mansur comenta a respeito da necessidade de revisar o Indicador 5, para alcançar um equilíbrio entre este indicador e o de número 4 e diz que isso consta no Relatório, seguido das justificativas.

Após passar brevemente pela conclusão, a Sra. Rúbia Mansur finaliza a apresentação do Relatório e diz que a previsão de conclusão dele é para o dia 14/08/2022, para que ele possa ser apresentado na reunião de apresentação do relatório parcial à ANA. Em seguida, solicita aos membros do GACG que eles estejam preparados para essa reunião.

5. Apresentação da Execução do Plano Orçamentário Anual- POA 2022 (Previsto x realizado)

A Sra. Rúbia Mansur apresenta uma planilha contendo o cronograma físico e financeiro das subações estabelecidas no Plano de Execução Orçamentário Anual (POA), pretendidas para o primeiro semestre de 2022. Ao longo da apresentação, a Sra. Rubia Mansur, de maneira detalhada, aponta o estágio de andamento das subações (processo não iniciado, em licitação ou pré-contratação, em execução e processo concluído), destacando a porcentagem, quando conveniente. Ademais, enquanto faz isso, ela e o Sr. Thiago Campos também justificam os motivos do *status* sob o qual encontra essas metas.

Quando a Sra. Rubia Mansur fala sobre a situação atual da ação de contratação de consultoria para investigação do grau de risco das principais barragens de rejeito na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco BHSF, o Sr. João Carlos de Melo comenta que existe um estudo realizado por um professor da Universidade de São Paulo (USP) que é muito relevante para a discussão do tema. Assim, fica combinado que ele deve encaminhar, via *WhatsApp*, o documento contendo este estudo para a Sra. Rubia Mansur, para que ela o insira no *site* do CBHSF.

A Sra. Rubia Mansur, ao falar sobre o enquadramento 2.1.4.1, que fala a respeito da proposta para tratamento de resíduos no Baixo São Francisco (Sergipe), explica que há dificuldades a

respeito do prosseguimento da meta. De acordo com ela, cada Câmara Consultiva Regional (CCR) tem o direito de propor um projeto de grandes dimensões para compor o PAP, entretanto, o projeto proposto pelos membros representantes da região do baixo foi atestado a inviabilidade da proposta, o que causou divergências entre os propositores e os avaliadores. Depois disso, o projeto foi retirado pelo propositor e não houve o envio de nenhuma nova proposta, impedindo o avanço da execução da meta.

O Sr. Thiago Campos, quando a Sra. Rubia Mansur apresenta os enquadramentos referentes à proteção e conservação dos recursos hídricos, comenta sobre um projeto malsucedido, desenvolvido por uma prefeitura. Tomando isso como exemplo, ele ressalta a importância de os procedimentos serem executados de forma correta, considerando a delimitação da área de estudo nos recortes da bacia hidrográfica, a adoção de indicadores e a ponderação da quantidade de ações. Levando isso em conta, ele afirma que a AUD determinou a utilização de um manual operativo, para evitar fracassos na execução dos projetos. Aproveitando o tema, o Sr. Jaime Honorato faz um apelo ao GACG para que seus membros contribuam com ideias para que não ocorra o mesmo que aconteceu com o município citado pelo Sr. Thiago Campos.

Ao apresentar a subação de realização de estudos de viabilidade prévia para implantação de trilha ecológica na Ilha do Ferro (Pão de Açúcar/AL), a Sra. Rubia Mansur ressalta que este projeto é de origem aprovada pela DIREC. A partir disso, a Sra. Larissa Cayres comenta sobre a importância de rever essas demandas espontâneas, sugerindo a transparência dos critérios de seleção dos projetos, almejando a imparcialidade de seleção.

A Sra. Rubia Mansur após finalizar a leitura de todos os enquadramentos e seus respectivos *status*, comunica que essas informações se encontram disponíveis no *site* do CBSF, através do programa *Power BI (Business Intelligence)*, que apresenta os dados de forma mais interativa e resumida.

6. Estabelecimento de metodologia de avaliação dos entes do Contrato de Gestão: ANA, APV e CBHSF

O Sr. Jaime Honorato salienta que o estabelecimento de metodologias de avaliação é uma maneira de melhorar o desempenho de todos os entes do CG, o que não foi percebido por ele nos Relatórios das gestões anteriores do GACG. Em sua fala, ele diz que acredita que os problemas internos da APV devem ser identificados e solucionados pelos membros que a compõem (própria APV), cabendo a interferência do GACG apenas quando esses problemas envolverem outras instâncias. A Sra. Rúbia Mansur concorda com o Sr. Jaime Honorato, ao dizer que já existe um órgão responsável por acompanhar a administração da APV – o Conselho de Administração.

Na oportunidade, O Sr. João Carlos de Melo ressalta a importância dos membros do CBHSF deixarem de lado a individualidade, ao falarem, e articularem as ideias coletivas e comuns ao comitê, uma vez que as pautas referentes aos recursos hídricos abrangem diversos grupos.

A Sra. Larissa Cayres deixa a reunião por um breve intervalo de tempo para discutir uma pauta em uma reunião realizada pela Câmara Técnica de Outorga e Cobranças (CTOC).

O Sr. Jaime Honorato questiona se há a necessidade de elaborar um Relatório além do Relatório Anual das Atividades do GACG, com a finalidade de apresentar as metodologias de avaliação. Em resposta, a Sra. Rúbia Mansur diz que, no seu entendimento, essa pauta pode ser inserida no Relatório Anual, sem demandar muita sistematização. Na sequência, o Sr. Jaime Honorato acrescenta que deveria haver uma reunião com os entes do CG, separadamente, para que os participantes possam se avaliarem e apontarem as dificuldades que eles enfrentam.

Para tanto, surgem algumas propostas para a realização delas, tais como a objetividade (duração média de 1h) e a elaboração de relatórios descrevendo as dificuldades enfrentadas por aquele participe, a fim de encaminhar para a diretoria do CBHSF. Ademais, ele também fala sobre a necessidade das Câmaras Técnicas (CTs) apresentarem um resumo das suas realizações anuais, para que a importância delas seja ressaltada. Aproveitando o surgimento do tema, a Sra. Rúbia Mansur fala sobre a importância de ressaltar o papel de assessoria das CTs, mas que esta questão cabe ao CBHSF e não a APV.

Em relação a proposta de reuniões, fica sugerido que sejam realizadas três: uma com os gestores de contrato da ANA, levando em consideração quais foram as atividades realizadas pela agência e quais as dificuldades encontradas; uma com a diretoria da APV; e uma com a diretoria do CBHSF.

O Sr. Jaime Honorato propõe que os GTs, quando forem emitir seus relatórios, incluam no final um tópico destinado à autoavaliação (Sugestão que deve ser dada à DIREC na oportunidade da reunião). A Sra. Rúbia Mansur fala sobre a importância de o CBHSF estabelecer um planejamento estratégico para a gestão anual, o que facilitaria a avaliação do GACG.

O Sr. Jaime Honorato sugere que a organização do calendário de reuniões de autoavaliação seja realizada em janeiro de 2023, mas a Sra. Rúbia Mansur destaca que nesse mês acontece o fechamento do relatório de gestão e as férias de alguns membros da APV. Considerando isso e os prazos estipulados no CG, o Sr. Jaime Honorato propõe que as reuniões ocorram entre o fim de janeiro e o início de fevereiro de 2023, para que os resultados constem no Relatório Anual do GACG, que está previsto para ser entregue no fim de fevereiro.

7. Estabelecimento de metodologia de avaliação de projetos executados

O Sr. Jaime Honorato afirma que o cumprimento, dentro do prazo correto, dos projetos contidos no POA é um bom indicador, porém não é o suficiente. Levando isso em conta, ele fala que seria interessante – de acordo com diálogos anteriores com membros do GACG e do CBHSF – uma forma de avaliar o impacto e o alcance desses projetos. O Sr. João Carlos de Melo, diz que o que ele está solicitando dependeria muito das ações de continuidade realizadas após os projetos.

Em relação a essa sugestão, o Sr. Thiago Campos diz que o tema foi discutido na última auditoria e delibera a respeito das recomendações realizadas nela. Ademais, ele ressalta que a sugestão é válida e possível de ser atendida, entretanto, ele ressalta que é necessário reduzir o escopo pelas demandas da APV. Uma vez que houve divergências interpretativas na sugestão realizada pelo Sr. Jaime Honorato, ele explica que as avaliações seriam realizadas baseando-se no método de amostragem, considerando-se a viabilidade e ele sugere o envolvimento das Universidades nessas avaliações.

O Sr. Jaime Honorato solicita ao Sr. Thiago Campos o desenvolvimento da ideia de acompanhamento dos projetos concluídos. Em resposta, o Sr. Thiago Campos afirma que a elaboração de indicadores de eficiência dos projetos já foi solicitada pela Auditoria e, portanto, ele já está trabalhando nisso.

8. Assuntos Gerais

A Sra. Rúbia Mansur diz que a próxima reunião do GACG acontecerá em 16/12/2022, às 9h, via videoconferência, mas que ela encaminhará as informações, detalhadamente, no grupo de *WhatsApp*.

A Sra. Larissa Cayres retorna à reunião e a Sra. Rúbia Mansur faz um resumo sobre o que foi discutido e decidido em sua ausência.

9. Encerramento

Por fim, sem mais assuntos a tratar, a reunião é encerrada às 11h30.

10. Quadro de resumo dos encaminhamentos

	ENCAMINHAMENTO	RESPONSÁVEL	PRAZO
1.	Encaminhamento do estudo citado na pauta de Apresentação da Execução do Plano Orçamentário Anual- POA 2022, para a Sra. Rubia Mansur.	João Carlos de Melo	Imediato

Belo Horizonte, 10 e 11 de agosto de 2022.

Jaime Honorato Junior
Coordenador do GACG